===== **ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2007:** *Aos dezassete dias do mês de Abril, do ano dois mil e sete, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu extraordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Ápio Cláudio do Carmo Assunção**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. Albino Valente Martins, Dr. António Manuel da Costa Alves Rosa, Dr.ª Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira, Dra. Maria Madalena Oliveira Gomes e Samuel Osvaldo da Silva.*** =====

===== *Não esteve presente na reunião o Vereador Sr. Simão da Costa Godinho, por motivos de saúde, falta essa considerada justificada.* =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Chefe de Secção Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 30m.* =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **PRESTAÇÃO DE CONTAS/ 2006:** *Presentes para aprovação, nos termos da al. e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/ 99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/ 2002 de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas, que são: 1 Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Actividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do activo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i) Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI; m) Mapa*

das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos activos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de actas, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. Usando da palavra o Senhor Presidente disse que o Executivo, ao qual preside, encarou o exercício 2006 particularmente sensível ao contexto macroeconómico e às condicionantes da envolvente, numa lógica de rentabilização de recursos, assentando em dois pilares essenciais: por um lado, na definição de objectivos para o ano 2006 e por outro lado, numa partilha desses mesmos objectivos pela estrutura Municipal, implementando para o efeito a Gestão por Objectivos e Avaliação de Desempenho. Foram definidos cinco grandes objectivos económico-financeiros que, apesar de ambiciosos, foram atingidos muito satisfatoriamente, revelando o sucesso das medidas e metodologias postas em prática, apesar do quadro de restrição orçamental que se impunha para este exercício. Dos cinco objectivos económico-financeiros fixados para o exercício de 2006, foram plenamente atingidos 3 e os restantes, não o tendo conseguido em termos absolutos, a sua evolução pode-se considerar francamente positiva atendendo, ao seu crescimento sucessivo histórico, ao objectivo ambicioso e aos factores exógenos que condicionaram as rubricas envolvidas. Nomeadamente, no que respeita aos custos com o pessoal, que foram fortemente influenciados pelo agravamento da taxa da Caixa Geral de Aposentações em 3 pontos percentuais ($10\%^{2005} \Rightarrow 13\%^{2006}$), aumento ainda não previsto acontecer aquando da fixação dos objectivos 2006. No exercício 2006, os Custos Globais do Município foram reduzidos em 21,4%, representando uma redução de -7.445.637€. Sendo de destacar: Ao Nível dos Custos com Pessoal: Redução de 26 colaboradores ao serviço da Câmara Municipal. Redução de 51,6% do trabalho extraordinário Redução de 64,8% dos custos com trabalho em regime de turnos, fruto de uma reestruturação profunda ao nível das equipas operativas. Redução de 34,1% de ajudas de custo. Foi conseguido uma redução global dos custos com pessoal, apesar de: 1,5% de aumento nos vencimentos da Função Pública; 3% de aumento da taxa da Caixa Geral de aposentações; 99,2% de aumento dos custos com senhas de presença. Ao nível dos Custos com Fornecimentos e serviços externos: No exercício de 2006 foi conseguido uma redução de 18,9%, ou seja, uma diminuição de custos no valor de 1.380.631€. No mesmo espírito de racionalização de despesas, com vista assegurar a concretização do investimento estratégico definido por este Executivo, foi assegurada a continuidade de execução dos projectos com financiamento do 3º Quadro Comunitário. Importa realçar que nos encontramos

numa fase de transição entre Quadros Comunitários, sendo, portanto, este momento não só de concretização e conclusão de obra, mas também de planeamento do novo QREN. Estas medidas de contenção da despesa, bem como no reforço na geração de Proveitos, originou um Resultado Líquido do Exercício positivo no valor de 1.170.255,9€. Em resultado do acabo de expor, reforço o carácter de inversão de tendência do endividamento, com a redução de dívida integral do Município na ordem dos 585.089€. De destacar, para além da redução de dívida, uma reprogramação temporal dos pagamentos a Fornecedores/Empreiteiros. Pelos Vereadores do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ Após análise da documentação fornecida relativamente à prestação de contas relativas ao ano 2006, particularmente o relatório de gestão, ao abrigo do Art. 93.º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, Manuel Alberto Pereira, Maria Madalena Gomes e Samuel Osvaldo Silva declaram: Ao analisarmos o relatório de gestão, concluímos que houve uma tentativa de recuperação em algumas rubricas da despesa, indo de encontro aquilo que os vereadores do partido socialista tanto alertaram ao longo dos últimos anos, e que levaram as finanças da câmara municipal a uma situação de quase ruptura, com as despesas correntes a aumentar em todas as frentes, o investimento a diminuir e a dívida a aumentar de forma galopante e incontrolável. Uma vez que em termos práticos era impossível continuar com aquele rumo e porque o próprio governo tomou medidas no sentido de por forma indirecta governar o que os presidentes de câmara não governavam, a gestão da câmara municipal de Oliveira de Azeméis, não escapou a essa necessidade e teve que acatar essas orientações. Em 2006 verificou-se alguma tendência de redução nas despesas, sendo que algumas delas têm impacto muito negativo no desenvolvimento do nosso concelho e falamos por exemplo do corte em 42,5% das verbas para as juntas de freguesia. O corte nas compras de mercadorias e matérias-primas também prejudicaram o normal funcionamento da operacionalidade dos serviços da câmara e a prova disso é a redução em Eur 1.979.804,50 dos trabalhos para a própria entidade. A atribuição de subsídios também sofreu um corte de 65% (Eur 5.326.247,73), o que se por um lado melhora as contas do Município, por outro penaliza todas as colectividades. Em relação aos custos com pessoal, que reduziram 0.5%, não é significativo se tivermos em conta os aumentos significativos nos últimos anos. A nível do investimento, este ficou muito aquém do previsto tendo uma execução de apenas 53,3 % o que é manifestamente pouco. Ao nível da receita, existe um aumento de receitas correntes resultantes do aumento que se verificou em 2006 no regulamento de taxas e licenças e no novo tarifário de água e saneamento. As receitas de capital ficaram aquém do previsto porque os investimentos também não se realizaram. A dívida do Município teve uma redução simbólica de 1% (Eur 585.089,00) quando comparada com o aumento que sofreu em 2005 = 78,4% (+ Eur

24.960.287,00). Preocupa-nos o ritmo de recuperação, principalmente se atendermos aos factores que levaram directamente a esta simbólica redução (redução em 42,5% às juntas de freguesia, congelamento de subsídios às colectividades e baixo grau de investimento), e não por uma profunda inversão no tipo de gestão corrente praticada pelos vários departamentos. No entanto, e porque se nota que finalmente este executivo tomou consciência que não pode continuar com a gestão praticada, que tem de melhorar e fazer uma correcta utilização dos recursos disponíveis, e que tem de recuperar os níveis de endividamento ajustados ao orçamento do município, que tem de recuperar a credibilidade junto de todos os credores e não agravar de forma tão acentuada o preço dos serviços junto dos seus munícipes. Assim, face à análise dos documentos relativos ao exercício do ano de 2006, os vereadores do Partido Socialista optam pela abstenção na votação relativa às contas de 2006, como prova de que estão disponíveis para colaborar com o executivo na procura de soluções que possam levar a uma mais rápida recuperação dos valores da dívida e do investimento em especial.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e os votos a favor dos Vereadores do PSD e Senhor Presidente, aprovar os documentos apresentados. Mais foi deliberado remeter os mesmos à Assembleia Municipal, para efeitos do estabelecido na alínea c) n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5 –A/2002 de 11 de Janeiro. =====

===== **APROVISIONAMENTO** =====

===== **APROVAÇÃO DO INVENTÁRIO DE 2006, DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO:** Presente, para efeitos do n.º 2 al. e) do art.º 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o documento referido em epígrafe, elaborado de acordo com o ponto 2.8.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto- Lei n.º. 54- A/ 99 de 22 de Janeiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa a este livro de actas. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar o documento apresentado e remetê-lo à Assembleia Municipal para efeitos do n.º 2 al. c) do art.º 53.º da Lei 169/ 99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5- A/ 2002 de 11 de Janeiro. =====

===== **APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO – PROPOSTA:** Pelo Senhor Presidente Ápio Assunção, foi presente a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51- Património, corresponda a 20% do Activo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de €

1.170.255,90 (um milhão cento e setenta mil duzentos e cinquenta e cinco euros e noventa cêntimos), proponho a seguinte aplicação: 1. A constituição de Reserva Legal, correspondente a cinco por cento do Resultado Líquido do Exercício, no valor de € 58 512,80 (cinquenta e oito mil quinhentos e doze euros e oitenta cêntimos), em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2- O valor de € 1.111.743,10 (um milhão cento e onze mil setecentos e quarenta e três euros e dez cêntimos), que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL”. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo-a para a Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====

===== **2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI/ 2007:** Presente a 2ª Revisão ao Orçamento de 2007, nas componentes de receita e despesa, elaborado nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das condições técnicas e do constante no ponto 8.3.1 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto- Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2007, elaborada nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das considerações técnicas e do constante no ponto 8.3.2 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade concordar com as propostas apresentadas e em conformidade com os n.ºs 2 al. c) e 6 al. a) do art.º 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, remetê-las à Assembleia Municipal para efeitos do n.º 2 al. b) do art.º 53º do mesmo diploma. =====

===== **PATRIMÓNIO MUNICIPAL** =====

===== **ALIENAÇÃO DO PRÉDIO DENOMINADO “PEDREIRA”, SITO EM LACÕES- OLIVEIRA DE AZEMÉIS:** Pelo Vereador Dr. António Rosa, foi apresentada a seguinte proposta: “Para efeitos do previsto na alínea f), do n.º 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, proponho a aprovação das condições de venda para alienação do prédio denominado “Pedreira”, sito em Lações, Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, aprovando assim as referidas condições de venda. =====

===== **ALIENAÇÃO DE TERRENO DE PINHAL, NO LUGAR DE MONTE, FREGUESIA DE SANTIAGO DE RIBA UL:** Pelo Senhor Presidente Ápio Assunção, foi apresentada a seguinte proposta: “ Para efeitos do previstos na alínea f), do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho a alienação de um terreno de pinhal, sito no lugar do Monte, freguesia de Santiago de

Riba Ul, deste concelho, pelo valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), de acordo com as condições de venda, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO DO GEMINI”- REFORMULAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E PLANO DE PAGAMENTOS:** Pelo Senhor Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: “A fiscalização da empreitada em epígrafe, adjudicada à firma, “Sociedade de Construções Soares da Costa, SA”, vem através da comunicação com a referência 20.03.07.fms.c.moa, apresentar parecer técnico nº 59, emitindo parecer favorável à reformulação ao Plano de Trabalhos e respectivo Plano de Pagamentos apresentado pelo empreiteiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. O novo Plano de Trabalhos pressupõe uma prorrogação legal do prazo de execução da obra de setecentos e cinquenta e seis dias, passando a data limita para a sua conclusão ser 31.07.2007. Assim, proponho: a aprovação da reformulação do Plano de Trabalhos e Plano de Pagamentos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. =====

===== A presente acta foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h e 15m da qual para constar se lavrou a presente acta que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====